



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº ____/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS DO TIPO A3, DENTRO DAS ESPECIFICAÇÕES E NORMAS ICP-BRASIL, PADRÃO CERT-JUS INSTITUCIONAL, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO TRF 2ª REGIÃO E DAS SEÇÕES JUDICIÁRIAS DO RIO DE JANEIRO E DO ESPÍRITO SANTO, QUE FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA_____.

Proc. TRF2-EOF-2016/00077

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Presidente, Exmo. Sr. Desembargador Federal Poul Erik Dyrland**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J. nº _____, estabelecida na _____, nº ____ – CEP: _____, Tel.: (0xx_) _____, e-mail: _____, representada neste ato pelos seus **Procuradores, Sr. _____ e Sr. _____**, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo nº TRF2-EOF-2016/00077, em consequência do Pregão Eletrônico SRP nº 039/2016, fundamentado na Lei nº 10.520/02 e nos Decretos nºs 5.450/05 e 7.892/13, homologado em ____/____/2016, através do despacho nº TRF2-DES-2016/____ lavrado à fl. ____ do processo, FIRMAM o presente Contrato visando à *prestação de serviços de emissão de certificados digitais do tipo A3, dentro das especificações e normas ICP-Brasil, padrão Cert-Jus Institucional, para atendimento das necessidades do TRF 2ª Região e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:



TRF2EOF201600077V01

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços de emissão de certificados digitais do tipo A3, dentro das especificações e normas ICP-Brasil, padrão Cert-Jus Institucional, para atendimento das necessidades do TRF 2ª Região e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 039/2016 e seus Anexos I, II, III, IV, V e VI na forma estabelecida nas Cláusulas deste Contrato:

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1 - DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS:

2.1.1 - Os serviços objeto do presente Contrato estão detalhadamente descritos no Anexo I A do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 039/2016, que trata do “Termo de Referência - Especificações Técnicas”.

2.2 - DA FORMA DE EXECUÇÃO:

2.2.1 – A emissão dos certificados e a realização das visitas serão realizados nos endereços que constam da tabela contida no item 3.1 do Anexo 1A, ou em qualquer posto de atendimento da contratada no Rio de Janeiro e no Espírito Santo.

2.2.1.1 – Para cada visita técnica, a Contratada deverá emitir no mínimo 12 (doze) certificados digitais A3.

2.2.2 - A Contratada deverá iniciar a execução dos serviços em, no máximo, 05 (cinco) dias, contados a partir do 1º dia útil subsequente à assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, parágrafo 1º da Lei 8.666/1993.

2.2.3 - Após o início dos serviços, a Contratada terá 02 (dois) dias úteis para atender um pedido do Contratante para emissão de certificado nas capitais de Rio de Janeiro ou Espírito Santo, ou 03 (três) dias úteis nas demais localidades.

2.3 - DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

2.3.1 - A tabela abaixo sintetiza as etapas de execução deste Contrato:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO
01	Assinatura do Contrato	-
02	Reunião de Alinhamento	02 dias a partir da assinatura do Contrato
03	Início dos Serviços de emissão de certificados (possibilidade de agendamento de visita)	05 dias, contados a partir do 1º dia útil subsequente à assinatura do Contrato.
04	Solicitação de visita para emissão de certificados	A qualquer momento após a etapa 3
05	Realização de visita em localidade determinada pela Contratante	A partir de 2 dias úteis após a etapa 4 (caso seja na capital) ou 3 dias úteis (caso seja em



ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO
		localidade do interior)
06	Visita a posto de atendimento para emissão individual de certificado	A qualquer momento após a etapa 3
07	Emissão de certificado no posto de atendimento	A partir de 2 dias úteis após a etapa 06.
08	Encerramento dos Serviços caso não seja prorrogado	36 meses após a assinatura do Contrato

2.3.2 - Os serviços de emissão dos certificados deverão ser realizados conforme especificado no Anexo I do Edital – “Termo de Referência”.

2.4 - DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS:

2.4.1 - Cada visita será agendada pelo Contratante junto a Contratada conforme ordem de serviço prevendo o local, a quantidade de certificados a serem emitidos e a relação de pessoas autorizadas a receberem os certificados durante a visita.

2.4.2 - O agendamento será feito por *e-mail* a endereço informado pela Contratada.

2.4.3 - As pessoas cujos certificados forem emitidos em atendimento ao subitem 4.1.5 deste Contrato, referente a garantia em caso de falhas, deverão ser identificadas no agendamento.

2.4.4 - A Contratada será cientificada por meio de Ofício do Contratante sobre as pessoas autorizadas por esta última a receber o certificado.

2.5 - DA CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES:

2.5.1 - A Contratada, através de seus representantes, deverá assinar os Termos de Compromisso de Manutenção de Sigilo (Anexo III) e Ciência (Anexo IV), dando ciência dos mesmos a toda sua equipe de profissionais que participarão da execução do Contrato.

2.5.2 - A Contratada deverá observar rigorosamente todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente do Contratante.

2.5.3 - São vedadas a divulgação, a reprodução ou a utilização de quaisquer informações, a qualquer título, exceto quando previamente autorizadas;

2.5.4 - São vedadas a cópia, reprodução, divulgação ou a utilização de quaisquer conteúdos de manuais, documentações ou processos administrativos e judiciais, a qualquer título, exceto quando previamente autorizadas;

2.5.5 - A Contratada deverá providenciar termo de responsabilidade e sigilo para cada empregado ou prestador de serviço, onde fique estabelecido:

2.5.5.1 - O compromisso de não divulgar qualquer informação a que tenham acesso em razão da execução dos serviços;



2.5.5.2 - O compromisso de não utilizar recursos ou serviços do Contratante para fins alheios ao objeto da contratação;

2.5.5.3 - A ciência de que seus acessos realizados ou dados transmitidos podem ser auditados;

2.5.6 - A Contratada compromete-se a manter sob cuidado e discrição, impedindo a divulgação, publicação, ou disseminação das informações, ditas confidenciais, fornecidas pelo Contratante, para fins de execução de suas atividades relativas ao cumprimento deste Contrato;

2.5.7 - A Contratada não poderá divulgar, nem fornecer, sob as penas da lei, dados e informações referentes aos serviços realizados ou as quais teve acesso durante a realização destes, a menos que expressamente autorizada pelo Contratante;

2.5.8 - A Contratada e todos os seus empregados envolvidos na execução dos serviços objeto deste Contrato deverão manter sigilo absoluto sobre quaisquer informações fornecidas pelo Contratante.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DA GARANTIA:

3.1 - Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Contratada presta garantia contratual, de acordo com o artigo 56, § 1º da Lei nº 8.666/93, no valor de R\$ _____ (_____), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global deste Contrato.

3.2 - A Contratada se obriga a apresentar a garantia para o período integral da vigência contratual, e mantê-la válida e atualizada.

3.3 - A garantia prestada somente será liberada ou restituída após o término da vigência do Contrato.

3.4 - A perda da garantia em favor do Contratante, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial das demais sanções previstas no Contrato.

3.5 - A garantia deverá ser integralizada sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores e nos casos de prorrogação de prazo ou acréscimo de valores deverá ser atualizada na mesma proporção em conformidade com o art. 56, § 2º da Lei 8.666/93.

3.6 - A qualquer tempo, mediante celebração de Aditamento, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

3.7 - A garantia de que cuida o item 13.1 deverá ser prestada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do Contrato.

3.8 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (*dois décimos por cento*) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (*cinco por cento*).



3.9 - O atraso superior a 25 (*vinete e cinco*) dias autoriza o Contratante a promover a retenção dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (*cinco por cento*) do valor anual do contrato, a título de garantia.

3.10 - A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada com base no item 3.9 por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

3.11 - O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à Contratada.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES:

4.1 - DA CONTRATADA:

4.1.1 - Designar representante(s) e seus respectivos contatos para tratar de assuntos relativos a contratação e execução;

4.1.2 - Atender prontamente todas as solicitações do Contratante previstas nas especificações técnicas;

4.1.3 - Comunicar ao Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários;

4.1.4 - A Contratada não poderá divulgar, nem fornecer, sob as penas da lei, dados e informações referentes aos serviços realizados ou as quais teve acesso durante a realização destes, a menos que expressamente autorizada pelo Contratante;

4.1.5 - Caso o dispositivo apresente falha durante o período de vigência do contrato, a Contratada deverá realizar a substituição por outro, no prazo máximo de 03 (*três*) dias, sem ônus para a Contratante;

4.1.6 - A Contratada deverá enviar *e-mails* para o titular do certificado digital emitido e para um endereço de *e-mail* fornecido pela Contratante, alertando sobre a necessidade de renovação do certificado ou emissão de um novo, 90 (*noventa*) e 45 (*quarenta e cinco*) dias antes da data de vencimento do certificado digital do titular.

4.1.7 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de Contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução n.º 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

4.1.8 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução n.º 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria n.º CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

4.1.9 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



4.1.10 - Quando identificado problema não decorrente de mau uso por parte de seu portador, fica a Contratada obrigada a substituir certificado (e o *token*) por outro de igual especificação, além da reemissão do certificado sem ônus adicional ao Contratante.

4.1.11 - As atualizações de *drivers* disponibilizadas pela Contratada dos *tokens* criptográficos deverão ser ofertados à Contratante, sem que isto gere qualquer ônus adicional.

4.2 - DO CONTRATANTE:

4.2.1 - Indicar os servidores designados para atuarem como Autoridade Competente para assinarem as Autorizações para emissão dos certificados;

4.2.2 - Solicitar a revogação dos certificados Cert-JUS Institucional das pessoas físicas que forem desligadas do órgão;

4.2.3 - Rejeitar os produtos que não atendam aos requisitos constantes das especificações do Termo de Referência;

4.2.4 - Efetuar o pagamento de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

5.1 - Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, modificada pela Lei n.º 8.883/94, o objeto do presente Contrato será recebido, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

5.1.1 - **Provisoriamente – Imediatamente, pelo Fiscal Técnico**, após efetuada a entrega dos produtos e conclusão dos serviços, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos;

5.1.2 - **Definitivamente – Pelo Gestor do Contrato e pelo Fiscal Requisitante**, no prazo de 10 (*dez*) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

5.2 - Os Termos de Recebimento serão emitidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato, os quais confirmarão a aceitação definitiva dos serviços, depois de comprovada a adequação do objeto aos termos do Contrato.

5.3 - Na emissão dos Termos de Recebimento deverão ser observados, no que couberem, os requisitos estabelecidos na IN SLTI/MPOG n.º 4, de 12/11/2010 e no Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI-JF.

5.4 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram prestados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.



5.5 - A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços ou materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DO PAGAMENTO:

6.1 - DO PREÇO:

Lote	Item	Discriminação	Quantidade			Total	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
			TRF	SJRJ	SJES			
1	1	Emissão de Certificados Digitais A3 - Cert-Jus Institucional com fornecimento de dispositivos <i>tokens</i> criptográficos	1.400	4.000	1.200	6.600		
	2	Visita técnica para emissão de certificados digitais em mídia criptográfica	100	335	100	535		
VALOR TOTAL LOTE 01								
2	1	Emissão de Certificados Digitais A3 - Cert-Jus Institucional sem fornecimento de dispositivos <i>tokens</i> criptográficos	1.400	4.000	1.200	6.600		
	2	Visita técnica para emissão de certificados digitais	100	335	100	535		
VALOR TOTAL LOTE 02								
Valor Total								

Código SIASG: 25470

6.1.2 - O valor GLOBAL deste Contrato (**Lote 1 + Lote 2**) é de R\$ _____ (_____);

6.1.3 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão-de-obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes à perfeita execução do objeto contratado.

6.2 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.2.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, devidamente atestado pelo gestor do Contrato em até 05 (*cinco*) dias úteis, contados a partir da apresentação do documento fiscal para valor inferior a R\$ 8.000,00 (*oito mil reais*), ou em até 10 (*dez*) dias úteis, para valor superior a R\$ 8.000,00 (*oito mil reais*), a contar do atesto do documento fiscal, aposto pelo gestor do Contrato;



6.2.1.1 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;

6.2.1.2 - A Contratada deverá encaminhar mensalmente à Contratante, em planilha eletrônica, a relação de certificados revogados e também os emitidos ao longo do mês, constando matrícula, nome, data de emissão do certificado, término de vigência e data de revogação, se for o caso, juntamente com o Documento Fiscal.

6.2.1.3 - Também deverá ser encaminhada mensalmente a relação de visitas técnicas realizadas, indicando data e local, junto com o Documento Fiscal;

6.2.1.4 - O Contratante poderá solicitar, a qualquer tempo, a planilha completa de certificados digitais emitidos pela Contratada, com as informações previstas no subitem 6.2.1.2;

6.2.1.5 - Os serviços prestados serão rejeitados pela Contratante, totalmente ou em parte, caso não esteja de acordo com as especificações do Anexo I do Edital – “Termo de Referência”.

6.2.1.6 - Em caso negativo de aceite, a Contratada deve providenciar a substituição dos itens no prazo de até 03 (três) dias úteis.

6.2.1.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal n.º 691/84, alterada pela Lei n.º 3.691/03, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro, estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

6.2.1.8 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem anterior, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

6.2.2 – O documento fiscal deverá ser entregue no Núcleo de Compras, situado na Rua Dom Gerardo, n.º 46 – 12º andar – Centro - Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12:00 às 17:00 horas, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail dicom@trf2.jus.br.

6.2.3 - Para fins do disposto no subitem 6.2.1 considerar-se-á como sendo a data do pagamento a da emissão da Ordem Bancária.

6.2.4 - Caso a Contratada se enquadre nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato da entrega do documento fiscal.

6.2.4.1 - A Contratada, optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o art. 4º da Instrução



Normativa n.º 480 de 15/12/2004, da Secretaria da Receita Federal, alterada pelas Instruções Normativas n.º 539 de 25/04/2005 e n.º 706 de 09/01/2007 e pela IN RFB n.º 765 de 02/08/2007.

6.2.5 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 6.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.2.6 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU);

6.2.6.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1 - A despesa decorrente da prestação de serviços objeto deste Contrato correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme o adiante especificado:

Programa de Trabalho	Elementos de Despesa	PTR	Notas de empenho
02.061.0569.4257.6013	33.90.39.57	085.391	

7.2 - Nas parcelas referentes aos exercícios 2017/2018, a despesa será incluída nas propostas orçamentárias para os citados exercícios, condicionada à aprovação das mesmas.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES:

8.1 - O não cumprimento de qualquer uma das obrigações estabelecidas neste Contrato, sujeitará a Contratada às penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93.

8.2 - Em caso de inadimplência, a Contratada ficará sujeita as seguintes penalidades:

- Advertência;
- Multa;
- Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos;
- Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.3 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo discriminadas:

8.3.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:



- a) Multa compensatória de até de 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
- b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do Contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
- c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor que seria pago à Contratada inadimplente.

8.4 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas sujeitarão a Contratada ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93.

8.4.1 - A multa moratória estipulada acima fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida;

8.5 - Caso não sejam pagas no prazo estabelecido, as multas dispostas nos itens 8.3 e 8.4 serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo Contrato, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

8.6 - Se as multas dispostas nos itens 8.3 e 8.4 forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.

8.7 - O período de atraso será contado em dias corridos.

8.8 - A aplicação das multas ora prevista não impede que a autoridade competente rescinda e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei n.º 8.666/93.

8.9 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24-12/04-TRF-2ª RG, de 16/12/2004, atualizada em 08/06/2005.

8.10 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de **ampla defesa** à Contratada, na forma da lei.

8.11 - Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.

8.12 - O Licitante que deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 05 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

8.12.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (*cinco*) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (*dez por cento*) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.



9 - CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO:

9.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula, e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei nº 8.666/93.

9.2 - O presente Contrato também poderá ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 - A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos incisos IX e X do referido art. 78 da Lei nº 8.666/93.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

10.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 039/2016 e seus Anexos I, II, III, IV, V e VI;
- b) Proposta datada de __/__/__, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados, juntada às fls. __/__ do Processo;
- c) Ata de Registro de Preços nº __/2016, constante do Anexo VI do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 039/2016.

10.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO:

11.1 - O Contratante designará **a Equipe de Gerenciamento da Contratação que será formada por 01 (um) servidor designado gestor do Contrato e 03 (três) servidores, sendo 01 (um) fiscal técnico, 01 (um) fiscal requisitante e 01 (um) fiscal administrativo**, os quais exercerão como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização deste Contrato.

11.2 - Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:



11.2.1 - Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

11.2.2 - Ordenar à Contratada que corrija ou refaça as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

11.2.3 - Acompanhar e aprovar os serviços executados.

11.3 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

11.4 - A Contratada se submeterá a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Contratante, quanto à execução dos serviços prestando todos os esclarecimentos solicitados;

11.5 - As irregularidades detectadas pela fiscalização do Contratante serão comunicadas por escrito à Contratada, para sua pronta correção ou adequação;

11.6 - No início da execução do Contrato, deverá ser realizada reunião de planejamento das atividades de execução do Contrato envolvendo a equipe de gerenciamento e um preposto da Licitante.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

12.1 - O prazo de vigência do presente Contrato é de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir **do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura.**

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:

13.1 - Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

13.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação dos débitos referentes à presente contratação em favor do Contratante.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

14.1 - O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações da Lei n.º 9.069 de 29/06/95 e Lei n.º 10.192 de 14/02/2001.

14.2 - A Contratada fica obrigada aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, sem que isso implique em alterações dos preços cotados do contrato, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.



14.3 - As supressões citadas no item anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultante de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei n.º 9.648 de 27 de maio de 1998.

14.4 - Quando houver alteração social em sua estrutura, a Contratada deverá encaminhar ao Contratante, no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93, o presente instrumento de contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato, em 03 (*três*) vias de igual teor.

Rio de Janeiro, de de 2016.

DESEMBARGADOR FEDERAL POUL ERIK DYRLUND
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Presidente

NOME
EMPRESA
Cargo

